

Capítulos de uma história de amor não correspondido: a memória da monarquia Austro-húngara e seus escritores judeus

[Chapters in a story of unrequited love: Imperial Austria's memory and its Jewish writers]

<http://dx.doi.org/10.11606/1982-8837244430>

Luis Sérgio Krausz¹

Abstract: This article aims at tracing the contours of the long and ambivalent history of the integration and assimilation of Jews to Austro-German Culture, by means of some literary renderings of this phenomenon. The beginnings of this process are to be found in the late 18th century, but its literary reflections shine well into the 21st century. The contraposition between an essentialist understanding of culture and a different one, based on the German idea of *Bildung*, are at the core of the different developments of this process analyzed here, generating doubts and perplexities which are still significant for the study of Austro-Jewish literature.

Keywords: Assimilation; Austrian literature; Jewish literature; Antisemitism.

Resumo: Este artigo propõe-se a mapear, por meio de seus registros literários, alguns momentos da longa e ambivalente história do processo de integração e assimilação dos judeus à cultura austro-alemã – uma história que se inicia já nos últimos anos do século XVIII, e cujos reflexos literários reverberam século XXI adentro. A contraposição entre uma visão essencialista de cultura e outra fundamentada no conceito alemão de *Bildung* é o princípio fundamental que opera nos diferentes desdobramentos desta história aqui analisados, e gera dúvidas e perplexidades ainda hoje significativas para o estudo da literatura austro-judaica.

Palavras-chave: Assimilação; Literatura austríaca; Literatura judaica; Antissemitismo.

Passagem para a Áustria

No ensaio “O significado da Áustria imperial” o escritor judeu austríaco Franz Werfel (1890-1945) evoca a figura do Príncipe Eugenio de Savóia (1663-1736) que, italiano de origem e francês de nascimento, serviu, durante mais de 52 anos, aos imperadores

¹ Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras Orientais, Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, 05508-900, São Paulo/SP, Brasil. Email: lkrausz@usp.br. ORCID: 0000-0002-1753-9470



austríacos Leopoldo I, José I e Carlos VI. Tendo sido alçado ao cargo de Feldmarschall (Marechal de Campo), o Príncipe Eugênio derrotou os turcos otomanos na Batalha de Zenta, em 1697, tornando-se, então, figura conhecida e admirada em todas as cortes da Europa.

A ele refere-se Werfel com as seguintes palavras:

O Príncipe Eugênio é o melhor exemplo daquilo que, na monarquia, costumava ser chamado de *gelernter Österreicher*, isto é, de alguém que aprendeu a ser austríaco. Quando se compreende esta ideia em toda sua extensão e profundidade, chega-se à conclusão de que um bom austríaco só pode ser alguém que aprendeu a ser austríaco, isto é, só pode ser alguém que se tornou austríaco e não alguém que nasceu austríaco. Pois ser austríaco significa exatamente isto: transcender os instintos ligados ao sangue, transcender o demoníaco, para então renascer, como ser humano ocidental e universal, na tradição do Império. (WERFEL 1937: 36, tradução nossa)

Esta ideia de Werfel de fato corresponde à ideia imperial austríaca vigente à época do *Kaiser* Franz Josef, que regeu de 1848 a 1916, e que via seu império como um ecúmeno de várias etnias, idiomas, culturas e crenças, cuja coesão dependia da disposição para o acordo e para a conciliação, e do entendimento de que cabia colocar, acima dos interesses de indivíduos ou de grupos particulares, uma ordem política e social que era percebida não como arbitrária, mas como o reflexo, propriamente, de uma ordem cósmica, universal e transcendente.

É neste mesmo sentido que Joseph Roth (1894-1939), ao lado de Franz Werfel, um dos mestres incontestes na arte da rememoração da velha Áustria, refere-se à Monarquia habsburga sob o reino do *Kaiser* Franz Joseph não como uma nação, mas como uma *Übernation*: “A Áustria não é um estado, nem uma pátria, nem uma nação. É uma religião e como tal a única *Übernation* que jamais existiu” (ROTH 1999: 422, tradução nossa). A ideia de *Übernation* implica na transcendência do particular, na busca por um bem superior, numa espiritualização da existência que, se vai de encontro às ideias religiosas católicas, incorpora, também, todos os demais grupos religiosos que viviam sob a égide do *Kaiser*.

De fato, escritores judeus austríacos como Franz Werfel e Joseph Roth estão, ao lado de Stefan Zweig (1881-1942), entre os grandes recriadores da memória de um mundo extinto há 102 anos: aquele da monarquia habsburga, cujas sombras ainda são parcialmente visíveis em nosso tempo, em boa parte graças às obras destes autores.

Werfel, Roth e Zweig tornaram-se, assim, alguns dos criadores daquilo que Claudio Magris (2000) denominou de “o mito habsburgo”. Suas memórias do mundo perdido de suas origens tendem a representa-lo como uma espécie de paraíso perdido e

seus romances austro-húngaros também podem ser compreendidos como espécies de santuários portáteis, como repositórios de relíquias espirituais que foram banidas do mundo com as grandes guerras do século XX. Ainda segundo Magris, “Para Roth e para Zweig, que viram o surgimento de uma nova Europa, dominada pelo ódio racial, a antiga monarquia habsburga parecia ser um lar ideal, muito embora não estivesse livre do defeito do antissemitismo – um lar que oferecia uma vida serena e tranquila. É por este motivo que foram eles os autores que escreveram as mais apaixonadas e emocionadas memórias do velho Império” (MAGRIS 2000: 317, tradução nossa).

Zweig é, dentre os três, o mais conhecido no Brasil, pois, como se sabe, concluiu a escrita de seu emocionado livro sobre a velha Áustria, intitulado *Die Welt von gestern*, ou *O mundo de ontem*, no Rio de Janeiro e em Petrópolis, onde se refugiou a partir de 1940, e onde se suicidou, durante o carnaval de 1942, no desamparo de um exílio que, segundo ele mesmo diz na carta-testamento que deixou (ZWEIG 1942), tornara-se insuportável para ele, porque a destruição da Áustria, da Europa e de tudo o que significavam para ele, sob o nazismo, assim como a guerra representavam a falência de sua visão de mundo, o fracasso de seu conceito de civilização, a ruína de sua ideia de humanidade.

É sobre esta contraposição entre civilização e barbárie, entre cultura e brutalidade, entre moderação e descomedimento, que se constituía a própria ideia imperial habsburga na era do *Kaiser Franz Josef*. Pois o Império habsburgo, e com ele a *Mitteleuropa*, situava-se, geograficamente, numa região de transição e de passagem, entre o Ocidente, supostamente civilizado e culto, e o Oriente, isto é, as bordas da Ásia, entendidas pela mentalidade da Europa oitocentista como o lugar da tirania, da injustiça e da arbitrariedade. Como escreve Larry Wolff, “A Europa do Leste localizava-se não nas antípodas da civilização, não nas profundezas da barbárie, mas, antes, na escala de desenvolvimento que media a distância entre civilização e barbárie.” (WOLFF 1994: 13, tradução nossa).

Nenhuma região do velho Império Austro-Húngaro representa melhor esta situação limítrofe, esta condição de lugar de passagem do âmbito da civilização para aquele da barbárie, do que a Galícia e a Bucovina, hoje pertencentes à Polônia e à Ucrânia, mas que, até 1918, eram os confins orientais deste império, que tinha como projeto nacional a difusão dos valores de sua civilização em direção aos limites orientais da Europa, sobre uma terra percebida como selvagem, inculta e carente de transformação.

É sobre esta região fronteira, a meio caminho entre Oriente e Ocidente, a meio caminho entre civilização e barbárie, que gostaria de voltar a atenção por um momento porque, de alguma maneira, ela explica e singular relação que se estabeleceria, ao longo do século XIX, entre os judeus e a nação – ou *Übernation*, como queria Joseph Roth – austríaca do *Kaiser* Franz Josef.

Para tanto, é preciso, primeiramente, recuar um pouco no tempo e contemplar a situação social e política dos judeus da velha Áustria, como a dos judeus da Europa como um todo, sob os absolutismos barrocos. Nota-se que, na Idade Média e na modernidade, a relação entre os soberanos austríacos e seus súditos judeus foi desde sempre marcada pela ambivalência. Por um lado, observa-se que havia, por parte das cortes, necessidade dos judeus como credores e como intermediários financeiros, e como importantes coletores de impostos para a coroa. Como escreve Robert Wistrich, “no final do século XVII e no início do século XVIII os líderes da comunidade judaica [austríaca] eram judeus da corte (Hofjuden) proeminentes, como Samuel Oppenheimer, seu sobrinho Samson Wertheimer e o Barão Diego Aguilar (Moses Lopez Pereira), que fundou a comunidade turco-sefardita de Viena em 1736” (WISTRICH 2006: 9, tradução nossa).

Por outro lado, os monarcas católicos habsburgos nutriam, em relação aos judeus, uma série de preconceitos de caráter religioso, baseados na noção católica de que sua crença religiosa seria herética e falsa, e de que, além disto, eles seriam os responsáveis pela morte de Cristo. Como afirma Jacques Ehrenfreund, o império habsburgo era, no século XIX,

o segundo mais importante centro do judaísmo asquenaze, depois do Império Russo. Quinhentos mil judeus vivem nesse quadro pluri-étnico em 1800, dois milhões e trezentos mil um século mais tarde, às vésperas do deslocamento provocado pela Primeira Guerra Mundial. [...] De Lemberg (Lvov) até Viena, de Praga até Presburgo, o império é ao mesmo tempo a mais importante concentração do judaísmo tradicional – o epicentro do hassidismo se encontra na Galícia – e o centro do riquíssimo e problemático encontro entre judaísmo e “germanismo”.

No decorrer do século XIX, as condições jurídicas da existência judaica são sacudidas no Estado dos Habsburgos. A legislação concernente aos judeus, variável conforme a província, responde a um imperativo duplo: erradicar os particularismos no interior do império por um lado, promover o princípio da emancipação e da igualdade dos cidadãos por outro. [...] A adoção da ideologia da *Aufklärung* (as Luzes) não se faz acompanhar do desaparecimento imediato das antigas legislações discriminatórias concernentes aos judeus. Seções inteiras dessa legislação permanecem em vigor até sua abrogação definitiva pela Constituição resultante do compromisso austro-húngaro de 1867. Um longo período de reação sob o reino de Francisco II, sucede ao período de reformas levadas adiante por José II, desde 1782 (éditos de Tolerância). (EHRENFREUD, 2010, *apud* BAUMGARTEN 2010: 195).

A Imperatriz Maria Theresia da Áustria, que reinou de 1740 a 1780, frequentemente é lembrada como uma soberana do Iluminismo e como uma déspota esclarecida, sob cujo reino a Galícia, com sua vasta população judaica, foi incorporada ao território austríaco. Ela, porém, não nutria pelos judeus nenhum tipo de simpatia. Em questões religiosas – como, aliás, no que dizia respeito aos protestantes austríacos, que ela deportou para a Hungria – ela foi sempre uma católica pré-iluminista, mostrando-se extremamente conservadora e intolerante, e buscando, sempre, reduzir o número e a influência dos judeus que se encontravam no território sob sua jurisdição. Como escreve Robert Wistrich, “a política da Imperatriz Maria Theresia (1740-1780) oscilava entre o desejo mercantilista de explorar os benefícios da participação judaica na vida econômica [...] e uma legislação rude e restritiva, que expressava uma profunda antipatia religiosa” (WISTRICH 2006: 9, tradução nossa).

Assim, ao anexar a Galícia e a Lodoméria ao território do Império Habsburgo, com a primeira partição da Polônia, em 1772, a política de Maria Theresia tinha como propósito manter esta região e seus habitantes tão afastados quanto possível de Viena e do restante do Império. Pois, nestas terras recém-adquiridas viviam, ao lado de poloneses católicos e de ucranianos de religião ortodoxa russa, centenas de milhares de judeus – e a Imperatriz Maria Theresia considerava fundamental que seu império se mantivesse como um império católico. Robert Wistrich cita um trecho emblemático de um édito da imperatriz, de 1777 concernente aos judeus:

No futuro, nenhum judeu, como eles são chamados, será permitido em Viena sem a minha autorização escrita. Eu não conheço nenhuma praga pública pior do que este povo, com suas trapaças, usura e busca por lucros, levando as pessoas à miséria, praticando transações malignas que são abominadas por um homem honesto, e por este motivo eles devem ser mantidos longe daqui e evitados tanto quanto possível (WISTRICH 2006: 3, tradução nossa).

Transformar as novas terras em terras católicas, por meio da conversão religiosa de seus habitantes era algo que estava além das suas possibilidades, portanto a política instaurada por Maria Theresia foi, num primeiro momento, uma política de distanciamento de e isolamento desta região, percebida como desestabilizadora e ameaçadora.

A situação de marginalidade que caracterizava a vida judaica na Europa de um modo geral, e no Império habsburgo em particular, até o fim do século XVIII, contudo, passou a transformar-se radicalmente a partir da ascensão ao trono de José II, filho e sucessor de Maria Theresia, um monarca marcado pelas ideias liberais do Iluminismo e

por uma nova visão de Estado. José II tomou para si a tarefa de transformar a Galícia, a Lodoméria, e também a Bucovina, uma região ao Sul da Galícia, que passou a pertencer à Áustria em 1793, adequando-as e aproximando-as, gradativamente, aos valores hegemônicos de seu Império. Como escreve Robert Wistrich, “o objetivo da política de José II era o de tornar o crescente número de seus súditos judeus (a anexação da Galícia em 1772 seguida pela primeira partição da Polônia mais do que dobrou a população judaica do Império) mais *úteis* ao Estado. José II via a reforma que propôs como parte de um empenho maior no sentido de modernizar e de centralizar o império (WISTRICH 2006: 16, tradução nossa).

Transformar, ou “civilizar” significava, no entender de José II, introduzir na região a língua alemã, a ética do trabalho, a rígida hierarquia que governava as relações entre as castas sociais de seu Império, mas também a visão de que este império seria uma concretização dos conceitos civilizatórios agostinianos, uma grande Cidade de Deus sobre a terra. Pois, como escreve Robert Wistrich, José II considerava que era dever de sua administração “preocupar-se com o bem-estar de *todos* seus cidadãos, assim como ele acreditava, de maneira otimista, na soberania da razão e na maleabilidade do homem e da sociedade.” (WISTRICH 2006: 16, tradução nossa).

Mais adiante, Wistrich escreve:

Esta cidade celestial de filósofos do século XVIII, traduzida nos termos de um modelo imperial de despotismo esclarecido, exerceu um impacto tão profundo nos judeus educados da Áustria do século XIX não só por causa de sua abordagem racionalista, de seu cosmopolitismo e de seu humanismo prático. Ainda mais pertinente do que isto, o que se propunha era uma síntese entre a fé quase religiosa de muitos judeus na mão forte e paternalista do Estado supranacional e seu comprometimento sempre crescente com a *Bildung* e a *Kultur* alemãs (WISTRICH 2006: 21, tradução nossa).

O propósito de José II era transformar a Áustria num Estado de cultura alemã, numa monarquia cuja coesão deveria ser garantida não apenas pela figura do Imperador, mas, sobretudo, por meio de uma cultura compartilhada: a de um humanismo universal e ecumênico, de fundamento católico, mas, igualmente, marcado pelas ideias iluministas.

Tal política de José II passava, também, pela criação de escolas alemãs destinadas especificamente a alunos judeus, com vistas à sua integração na vida social, política e econômica do Império, e foi louvada pelo escritor judeu galiciano Karl Emil Franzos (1848-1904), que via a mão de José II como uma salvação da abjeção e da injustiça que imperavam nas antigas terras polonesas, em particular no que dizia respeito à situação de marginalidade e de desamparo dos judeus.

Franzos, que também se tornou conhecido por ser o primeiro editor das obras completas de Georg Büchner, nasceu na cidadezinha de Czortkow, cuja vida gravitava em torno da corte de um rabino milagroso, e via de maneira extremamente crítica a realidade judaica à sua volta, dominada por crenças que lhe pareciam inaceitáveis, e julgando que a cultura imperial austríaca era, antes de qualquer coisa, uma fonte de salvação diante de um estado de coisas que lhe parecia deplorável e inaceitável.

Franzos notabilizou-se como contista e romancista, e também pelas suas crônicas-reportagens, reunidas no volume intitulado *Kulturbilder aus Halb-Asien*, isto é, *Quadros da cultura da semi-Ásia*. O termo semi-Ásia era por ele usado para referir-se à sua Galícia natal, este território às portas da Ásia, governado por superstições e ideias que, no entender de Franzos, não faziam sentido no novo Século das Luzes.

Assim, nas representações literárias de Franzos esta região surge como um território selvagem, de tirania, habitado por pessoas brutais e animais, cegadas por crenças equivocadas. Segue, um trecho da narrativa intitulada “Markttag in Barnow”, ou seja, “Dia de feira em Barnow”, de Karl Emil Franzos:

Quem alcança este lugar tem o nariz entorpecido pela fumaça, o ouvido ensurdecido pelo barulho, o olho cegado pela algazarra de cores e de formas. É como se alguém tivesse embaralhado animais racionais e irracionais – bois, camponeses, judeus, gansos, gente da cidade, soldados, ovelhas – e como se os animais racionais, subitamente, tivessem, todos, enlouquecido. Todos gritam, tentando superar uns aos outros, assim como os infelizes num hospício. [...] Quem é capaz de compreender este caos (no original consta aqui o termo Tohuwabohu, vocábulo hebraico bíblico do livro Gêneses que descreve o vazio e a desordem reinantes antes que tivesse início a Criação) será também capaz de compreender um bom pedaço da história da cultura da semi-Ásia.² (FRANZOS 1970: 5, tradução nossa)

A obra literária de Franzos, influenciada pelo naturalismo, é uma denúncia do que ele descreve como a desordem e a barbárie que imperavam nesta região oriental do Império Habsburgo e, ao mesmo tempo, uma defesa apaixonada do projeto e da ordem imperiais iniciados por José II, que era o de levar a cultura alemã a todos os súditos do Império – em especial, aos judeus.

De fato, os judeus, ou ao menos uma parte da população judaica do império, tornaram-se aliados dos imperadores habsburgos em seu projeto de transformação

² „Wer da hineingerät, dem betäubt der Qualm die Nase, der Lärm das Ohr, das Gewirr der Farben und Gestalten das Auge. Es ist anzuschauen, als hätte jemand vernünftiges und unvernünftiges Getier – Ochsen, Bauern, Pferde, Juden, Gänse, Städter, Soldaten, Schafe – übermütig durcheinandergewirbelt und als wäre das vernünftige Getier plötzlich insgesamt wahnsinnig geworden. Diese Menschen überbrüllen sich nicht anders als die Unglücklichen im Tollhause. [...] Wer dieses Tohuwabohu versteht, versteht auch ein gut Stück Kulturgeschichte von Hal-Asien.“

cultural e de implantação dos valores e da cultura imperial austríaca nas regiões orientais, recém-conquistadas à Polônia. Pois esta transformação, esta mudança de mentalidade, também lhes abria a possibilidade de integração na lógica política, social e econômica do Império, por meio da assimilação à cultura austro-alemã – esta assimilação que, em muitos casos, tornou-se, entre os adeptos da emancipação e da assimilação judaica, quase que um sucedâneo da antiga ideia religiosa judaica de Terra Prometida.

A modernidade austro-alemã – e não mais o tão sonhado retorno a Jerusalém, acalentado por séculos pelos místicos e messiânicos judeus – tornou-se a estrela-guia no caminho de porções cada vez maiores das comunidades judaicas sob domínio austríaco.

Os judeus na era do *Kaiser* Franz Josef

Se José II antecipou-se, em sete anos, à revolução francesa em sua política de emancipação dos judeus e de integração dos judeus ao corpo de cidadãos do seu Estado, a adoção da língua e da cultura austro-alemãs, isto é, a germanização dos judeus, traria consigo um novo estatuto social e político judaico-austríaco, a partir do início do século XIX.

Gradativamente, com o passar das décadas, as inúmeras restrições que diziam respeito aos judeus – como a proibição de exercer profissões regulamentadas, de possuir terras, de participar da vida pública, de frequentar universidades etc. – foram sendo revogadas até que, em 1867, já sob o reino do *Kaiser* Franz Josef, neto de José II, os judeus adquiriram a completa igualdade jurídica no Império.

Ao mesmo tempo, a identidade judaica, antes algo que dizia respeito a todos os aspectos da vida dos judeus – desde o lugar em que moravam até as roupas que vestiam; desde as línguas que falavam até a maneira como se alimentavam – adquiriu, cada vez mais, um estatuto puramente confessional ou religioso. Como escreve Robert Wistrich,

esta nova confessionalização da identidade judaica [...] caminhava junto com um crescente sentimento de identificação com o povo austro-alemão e com sua luta por total liberdade constitucional e por igualdade. Doravante, e ao longo de todo o século XIX, os judeus vienenses passariam a identificar-se não somente como austríacos, mas como *alemães* no sentido cultural, nacional e humanístico (WISTRICH 2006: 30, tradução nossa).

Tornando-se cidadãos plenos, integrando-se na vida política, social e econômica de um Estado próspero e sólido, judeus tornaram-se, a partir de 1867, assim como tantos outros grupos étnicos e culturais que viviam sob a égide dos habsburgos – tais como os

checos, os eslovacos, os eslovenos, os bósnios, os sérvios, os húngaros, os poloneses, os italianos, os romenos – mais um dos muitos “povos do Imperador”: súditos a quem, pelo menos legalmente, estavam assegurados todos os direitos.

O novo universo judaico vienense começa a surgir, de fato, a partir de meados da década de 1860, como decorrência da concessão de plenos direitos civis aos judeus da Áustria. A partir deste momento, a comunidade judaica de Viena passaria a viver um período de grande expansão em função da migração de judeus originários das províncias, primeiramente da Boêmia e da Morávia, mais tarde da Hungria e também da Galícia.

O fortalecimento da comunidade judaica vienense favoreceu a expansão de uma classe burguesa voltada para o liberalismo. Na década de 1870, a suspensão do *numerus clausus* permitiu o ingresso de estudantes judeus na Universidade. Viu-se, a partir daí o surgimento de advogados, notários, engenheiros, técnicos, pintores e outros artistas judeus, assim como de professores universitários, que, juntamente com os comerciantes e industriais, passaram a definir os contornos de uma nova classe média e de uma nova classe alta urbana judaica. (cf. WISTRICH 2006: 56-60)

Tem início, assim, o apogeu do judaísmo austríaco, que é comparado por Stefan Zweig, em *Die Welt von gestern*, à situação dos judeus durante o chamado Século de Ouro da Andaluzia. Zweig refere-se à Andaluzia dos séculos XI e XII, uma era de florescimento artístico e de criatividade intelectual, de fertilidade poética e filosófica, na qual os judeus se beneficiaram do intercâmbio cultural e intelectual com seu entorno, assim como seus vizinhos cristãos e muçulmanos, e absorveram os paradigmas da cultura clássica, desempenhando papéis relevantes no desenvolvimento de uma cultura humanística.

O Século de Ouro da Andaluzia foi também um período no qual os judeus ocuparam posições sociais importantes, participando na vida política, cultural e social de seu país.

Zweig construiu sua identidade como austríaco e como europeu, e como um homem do século XIX, inspirado nas ideias grandiloquentes do iluminismo e do humanismo alemães, e baseado nas garantias aparentemente inabaláveis oferecidas a todos os súditos da monarquia habsburga por um estado que via a si mesmo como perene – e não como um judeu apartado da sociedade mais ampla, seja pelo preconceito desta sociedade, seja por força de suas convicções religiosas.

A comunidade judaica de Viena, que cresceu rapidamente durante as décadas de 1860 e 1870, no fim do século XIX alcançaria a cifra de cerca de 150.000 pessoas, ou seja, representava aproximadamente 15% da população total da capital imperial (WISTRICH 2006: 57 e TIETZE 1987: 231). E os judeus, como destaca Zweig, passaram a desempenhar papéis centrais na vida cultural e social vienense:

Nove décimos daquilo que o mundo celebrava como a cultura vienense do século XIX era uma cultura fomentada, nutrida e até mesmo criada pelos judeus vienenses. Pois, justamente nos seus últimos anos – assim como ocorrera na Espanha antes do seu desaparecimento igualmente trágico – os judeus vienenses haviam se tornado produtivos em todas as artes, embora não de uma maneira especificamente judaica, e sim na medida em que, com admirável sensibilidade, conseguiram expressar da forma mais intensa o que era especificamente austríaco e vienense [...]. Por meio de seu amor apaixonado por esta cidade, por meio de seu desejo de assimilação, eles tinham se adaptado completamente e estavam felizes em servir ao renome da Áustria. (ZWEIG, 1961: 36-37, tradução nossa)

Enquanto a comunidade judaica vienense vivia seu apogeu, tornava-se cada vez mais comum o abandono, entre os judeus, de suas especificidades culturais e religiosas, em troca da absorção dos parâmetros culturais hegemônicos no Império. Nas últimas décadas do século XIX, de 15 a 20% dos judeus de Viena abandonaram sua filiação à comunidade religiosa judaica, seja permanecendo sem religião, seja batizando-se, assim imaginando que não só deixariam de ser judeus, como também que deixariam de ser vistos pelos outros como judeus. Ao mesmo tempo, como escreve Michael Löwy, “a lógica da assimilação cultural e o desejo de ascensão na escala de prestígio conduzem a classe média judaica a mandar seus filhos para a universidade. Chega-se, assim, a partir de 1895, a uma porcentagem de 10% de judeus nas universidades alemãs, o que corresponde a dez vezes a porcentagem judaica na população global” (LÖWY 2010: 247).

A pequena Viena do Leste e o antissemitismo

Também nas províncias orientais do Império Austro-Húngaro registrava-se, nesta mesma época, uma transformação radical nas formas de vida e nas condições sociais dos judeus. Um exemplo notório é o que se passava na cidade de Czernowitz, a antiga capital da Bucovina austríaca.

Czernowitz foi transformada, a partir da década de 1870, numa Viena em miniatura: sua arquitetura e suas instituições eram quase que réplicas, em menor escala, daquelas que haviam sido erigidas sob o reino de Franz Josef na Capital Imperial. A população desta cidade, hoje na Ucrânia, era composta por ucranianos étnicos, por

romenos, por poloneses e por judeus. Sendo, desde sempre, uma cidade poliglota, Czernowitz transformou-se, sob o reino do *Kaiser* Franz Josef, num grande polo de irradiação da cultura austro-alemã na região oriental do Império. Ali foram construídos um teatro de língua alemã, uma ópera de língua alemã, uma universidade de língua alemã, bibliotecas de língua alemã, uma grande Casa de Cultura Alemã e assim por diante.

E os mais entusiasmados seguidores desta cultura austro-alemã eram, justamente, os judeus de Czernowitz, que não tardaram a abandonar a língua ídiche de seus ancestrais em favor do alemão, proposto pelo governo de Viena como caminho para a integração plena na sociedade moderna. Já na década de 1880, o rabino da grande sinagoga de Czernowitz passaria a proferir seus sermões exclusivamente em alemão (RECHTER 2013 133-139). A identidade austríaca significava, para os judeus, pertencimento em lugar de exclusão, cidadania em lugar de exílio, segurança em lugar de instabilidade.

Integrando-se à vida imperial, passaram a entender o judaísmo não mais como aquilo que definia suas identidades integralmente, mas sim como um aspecto desta identidade, circunscrito ao âmbito estritamente religioso e confessional. De judeus, tornaram-se austríacos de fé israelita, o que é muito diferente, na medida em que o termo “judeu” se refere a uma identidade étnica, religiosa, nacional e cultural enquanto a “fé israelita” diz respeito apenas à confissão religiosa, sem nenhuma outra implicação.

A ligação dos judeus de Czernowitz com a língua alemã, aliás, se estenderia século XX adentro, muito embora, com o término da I Guerra Mundial, em 1918, esta cidade tenha sido incorporada pela Romênia e, depois de 1945, pela Ucrânia. Não obstante, alguns dos grandes nomes da lírica alemã do século XX, dentre os quais os de Rose Ausländer e de Paul Celan, eram judeus de nacionalidade romena, mas de língua alemã, originários de Czernowitz e herdeiros, por assim dizer, deste projeto de integração dos judeus da Bucovina à cultura austro-alemã.

E, no entanto, todo este entusiasmo judaico com relação à Áustria imperial e à sua cultura tornou os judeus cegos ou parcialmente cegos em relação às ameaças à sua segurança que surgiam em meio a esta sociedade que lhes parecia tão desejável.

Já na década de 1890 o Partido Cristão Social, de Karl Lueger, introduzia, pela primeira vez, na vida política austríaca, um termo que se tornaria um dos conceitos-chave da história da Europa Central no século XX: o antissemitismo.

A 13 de novembro de 1895 uma multidão enfurecida enfrentava a polícia na Ringstraße vienense, a meio-caminho entre o Parlamento de a Câmara de Vereadores,

penetrando, também, nos jardins do Palácio Imperial. A multidão gritava: “*Judenkaiser*”, isto é, “*Kaiser* dos judeus”, e ostentava uma grande imagem de seu ídolo, Karl Lueger (SCHORSKE 1980: 6). O tumulto fora desencadeado pela recusa o *Kaiser* Franz Josef em ratificar, pela segunda vez, a eleição de Karl Lueger para o cargo de Prefeito de Viena. A plataforma eleitoral de Lueger e de seu Partido Cristão Social, formado por uma coalizão de clérigos, nacionalistas alemães e radicais de direita, baseava-se na alegação de que os judeus seriam a causa de todos os males do Império. De fato, o antissemitismo era o único elemento que agregava as diferentes fações deste partido de massas, cuja influência sobre a vida política austríaca se estenderia século XX adentro. Dois anos mais tarde, porém, em 1897, Lueger se tornaria prefeito de Viena, cargo que ocupou durante 13 anos.

Arthur Schnitzler (1862 – 1931), outro grande escritor judeu austríaco, retrata, em seu esplêndido romance *Der Weg ins Freie (O caminho para a liberdade)*, de 1908, escrito, portanto, sob o governo municipal de Lueger, a ascensão do Partido Cristão-Social e, ao mesmo tempo, a atitude de soberba e de indiferença dos judeus vienenses assimilados ante esta nova presença na vida política austríaca.

Como Schnitzler enfatiza neste romance, na cultura vienense do fim do século, a política era vista com distanciamento por uma ideologia de molde aristocrático, que foi parcialmente incorporada pelos judeus bem-sucedidos em suas carreiras na sociedade. O que se buscava, no universo da alta cultura austríaca da passagem do século XIX para o século XX, não era nem a política, nem o nacionalismo, e sim sua transcendência, por meio de uma visão de mundo que privilegiava o estético e o puramente espiritual. Sobre estes vagos e fugidios ideais, e não sobre as realidades políticas e sociais, construiu-se a abstração do cosmopolitismo da elite judaica vienense, nutrido por Zweig e por tantos de seus contemporâneos – inclusive o próprio Schnitzler e Sigmund Freud.

A busca pelo essencialmente humano, o abandono dos sectarismos, a plenitude da liberdade artística, o triunfo da estética e da ciência – estes foram os princípios que se imaginava triunfar no apogeu do *fin-de-siècle* vienense, e cuja sedução, como um canto de sereias, impediu que os judeus percebessem a tempestade que, com a ascensão do Partido Cristão Social, se formava sobre suas cabeças.

No romance de Schnitzler, de 1908, há dois personagens judeus, que representam bem o choque que significou, no âmbito político, a ascensão do Partido Cristão Social. Um deles é Berthold Stauber, deputado judeu do partido social-democrata, que renuncia a seu mandato depois de ter sido execrado publicamente na câmara dos deputados e

insultado como “cão judeu” pelos representantes do Partido Cristão Social. Stauber se refugia em Paris, onde passa a dedicar-se à ciência no Instituto Pasteur. Outro é Heinrich Berman, cujo pai morre, na loucura, depois de sofrer implacável perseguição política dentro do partido social-democrata, do qual é representante.

Ainda assim, estes acontecimentos são relativizados pelos membros da burguesia judaica retratados por Schnitzler, que estão mais interessados em suas vidas particulares, em suas ambições aristocráticas e estéticas, em desfrutar os deleites proporcionados pela vida artística e boêmia da capital austríaca e em seu próprio processo de assimilação, do que nos debates que ocorrem na Câmara dos Deputados.

O pertencimento à comunidade judaica é entendido por estes personagens como algo que depende de suas vontades, como algo opcional, de que eles podem dispor livremente. É assim que outro dos personagens de Schnitzler, Edmund Nürnberger, afirma: “Não sou batizado, mas também não sou judeu. Há muito tempo que não tenho religião, pelo simples fato de que nunca me senti como judeu” (SCHNITZLER, 2004: 69, tradução nossa). Assim, sob a ilusão do cosmopolitismo e da segurança da sociedade imperial austríaca cria-se, entre os judeus assimilados e integrados, uma cegueira parcial em relação ao que se está constelando às suas voltas.

A ambivalência e a hipocrisia do antissemitismo austríaco do século 19, por outro lado, encontra expressão numa afirmativa que o próprio Karl Lueger fez num encontro pessoal com o historiador judeu Sigmund Mayer, autor de um livro sobre a história dos judeus de Viena publicado à mesma época que o romance de Schnitzler: “Dos judeus húngaros eu gosto ainda menos do que dos húngaros, porém não sou inimigo de nossos judeus vienenses. Eles não são tão ruins assim e além disto são-nos indispensáveis. Meus vienenses estão sempre com vontade de descansar, os judeus são os únicos que têm sempre vontade de trabalhar” (MAYER 1917: 475, tradução nossa).

A duplicidade e a ambiguidade são características da vida política austríaca no *fin-de-siècle*, e são também os lubrificantes de uma vida social que, como mostra Schnitzler em *Der Weg ins Freie*, reúne elementos díspares, que estão separados por ódios entranhados, mas que, ao mesmo tempo, parecem dispostos a um convívio – embora a história tenha demonstrado que tal disposição para o convívio nem sempre tenha encontrado, por parte da sociedade mais ampla, a reciprocidade esperada e desejada.

Ainda assim, os judeus modernizados da capital austríaca criaram um universo cultural e espiritual singular, em que surgem até mesmo aberrações como a do judeu

antisemita, que não só renega completamente suas origens, mas também se dedica à difamação dos judeus e do judaísmo. E o próprio Lueger, uma vez alçado ao cargo de Prefeito de Viena, passou a moderar seu discurso, tendo, inclusive, feito acordos neste sentido com representantes da comunidade judaica de Viena.

Um olhar singular sobre as ambivalências e sobre os paradoxos do antissemitismo austríaco é proporcionado pelo escritor cristão austríaco Gregor von Rezzori (1914-1998), nascido em Czernowitz, de uma família aristocrática. Em seu livro *Denkwürdigkeiten eines Antisemiten* (“Memórias de um antisemita”) (VON REZZORI 2018), de 1969, recentemente publicado em tradução nossa ao português, projetam-se, ainda bem vivas, as longas sombras da realidade desaparecida da monarquia habsburga.

De fato, von Rezzori talvez tenha mesmo sido o último a construir parte de seu legado literário a partir de uma experiência em primeira mão daquela realidade imperial desaparecida, usando-a como matéria prima, e transformando-a em mito. Claudio Magris destaca, entre as virtudes da escrita de Rezzori, “a descrição daqueles territórios eslavos-alemães-romenos-judaicos que, ainda iluminados pela luz crepuscular da Dupla Monarquia e atingidos por um distante reflexo da cultura europeia, foram soprados para longe por um selvagem vento mongólico” (MAGRIS 2000: 358, tradução nossa).

A ideia de uma civilização capaz de conter e de resolver as diferenças e os conflitos entre distintos grupos étnicos, linguísticos, religiosos e culturais, a ideia de uma civilização que não era resultado da natureza, ou do simples nascimento, mas sim de um processo de aprendizado, de aquisição e refinamento de uma cultura universal específica, ocupa um lugar central na narrativa de von Rezzori e nada ilustra melhor as ambivalências do próprio antissemitismo austríaco do que o envolvimento amoroso do narrador com mulheres judias, em diferentes ocasiões de sua vida.

Ao mesmo tempo, von Rezzori volta-se com ira, justamente, sobre aqueles judeus que pretendiam tornar-se austríacos, que mimetizavam os modos e os gostos de velha aristocracia católica: “Diante dos judeus nos víamos numa situação semelhante à dos ingleses em seus lares diante de um *foreigner*: permitiam-lhe portar-se de maneira diferente da deles, mas, quando eles tentavam imitá-los, tornavam-se suspeitos. Aquilo parecia artificial. Não combinava com eles. Assim como os ingleses veem um *foreigner* que se dá ares de britânico, víamos nos assim chamados judeus assimilados nossos macacos de imitação” (VON REZZORI 2018: 31, tradução nossa) escreve ele, a partir do ponto de vista de um membro de uma família aristocrática austríaca que olha de cima

para baixo para as pessoas em meio às quais vive. Ou, mais adiante: “Os judeus enriquecidos davam-se ares de quem sabe tudo melhor, eram arrogantes, ostentavam sua riqueza, vestiam-se como *dandys*, suas filhas cheiravam a perfume e se enchiam de joias e algumas delas até levavam cães pela guia. Tinha-se a impressão de que eles eram caricaturas de nós mesmos” (VON REZZORI 2018: 219).

Aos nobres ideais de integração de todos os cidadãos de um “Estado de muitos povos”, à ideia imperial, teoricamente fundamental à cultura dominante, contrapunham-se, de fato, como se vê, os limites impostos pelos preconceitos e pela antiga estratificação social da Áustria, uma sociedade de raiz feudal, dividida em castas, da qual os judeus estavam, por definição, excluídos. O que não significa, porém, que tal ideia imperial deixasse de ser respeitada, ao menos em tese, e ao menos dentro de certos limites. Pois à rigidez da separação em castas, a história austríaca do século XIX passou a contrapor, cada vez com maior intensidade, o conceito de *Bildung*, de formação pessoal, cultural e estética, como uma espécie de passaporte para a mobilidade social, capaz de levar seu portador, pelo menos teoricamente, a atravessar as antigas fronteiras estabelecidas entre as castas.

O ideal transformador e redentor de *Bildung* era entendido como o instrumento capaz de levar à criação de uma nova sociedade, marcada pelo consenso e pela coesão, no qual os judeus do Império apostaram e por meio do qual imaginavam ser capazes de superar, definitivamente, sua antiga condição marginal.

Era esse ideal de *Bildung* que determinava, também, os limites para ódios tão entranhados quanto o próprio antissemitismo austríaco, de origem religiosa, e cristalizado pelos séculos. Pois, como nos mostra von Rezzori, seu pai e sua avó materna, ambos antissemitas até a medula, respeitavam, no entanto, os limites impostos pela *Bildung* à expressão de seus sentimentos em relação aos judeus.

Falando sobre seu pai, Rezzori escreve que o que se passou com os judeus na Áustria após o *Anschluss* de 1938 o teria revoltado: “Eu tinha certeza que até mesmo o ódio que ele tinha pelos judeus teria se distanciado daquilo que se passava por aqui; teria parado no instante em que aquilo começara a se tornar antiestético” (VON REZZORI 2018: 288, tradução nossa).

E a avó do autor, ao testemunhar, naquele mesmo ano de 1938, em Viena as humilhações que os nazistas impunham aos judeus nas ruas da antiga capital imperial, detendo-os e esmo e obrigando-os a limpar ruas e paredes, indignou-se e dirigiu aos

perpetradores palavras de protesto: “Minha avó tentou persuadir o homem que vigiava aqueles que estavam sendo humilhados daquela maneira de que aquilo já estava indo longe demais, pois, diante de judeus cultos, cabia portar-se como gente culta” (VON REZZORI 2018: 283, tradução nossa).

Assim, a cultura, a *Bildung*, funcionava como um limite e como um contrapeso ao preconceito e ao ódio entre castas, e como o cimento por meio do qual se imaginava, ainda antes do desmembramento do Império, manter sua coesão.

Que esta ideia imperial fundamentada na formação e na educação fosse ser derrotada, em 1918, justamente pelas forças que pretendia domar e subjugar – as dos “instintos ligados ao sangue” sobre a qual se baseavam todos os movimentos nacionalistas que prosperaram no antigo território da monarquia habsburga – significou não só o desaparecimento de um mundo, mas também o destronamento de uma determinada concepção de Humanidade, de uma determinada concepção de Europa. E foi por meio desta supressão que se criou, na Europa Central do período entre-guerras, um enorme vácuo de valores, que logo seria preenchido pelos totalitarismos responsáveis pelas grandes catástrofes europeias do século XX.

A memória da Áustria na literatura israelense

Também na literatura hebraico-israelense a memória do Império Austro-húngaro, e da condição judaica sob este império ocupa um lugar destacado, sobretudo nas obras de dois escritores: S. Y. Agnon (1887-1970), nascido na cidadezinha de Buczacz, na Galícia, e laureado com o Prêmio Nobel de Literatura em 1966, e Aharon Appelfeld (1932-2018), nascido em Czernowitz, num lar de língua alemã.

A falência espiritual da ideia imperial austríaca, como a de um ecúmeno de muitos povos e culturas sob a égide de um monarca iluminado, é um dos temas recorrentes nas obras destes dois autores. De fato, Agnon, que deixou sua Galícia natal em 1908 para dirigir-se ao que era então o embrião do Estado de Israel, na Palestina otomana, vinha de um grupo judaico inteiramente diferente do que o dos outros autores abordados até aqui. Agnon foi alguém que não se deixou seduzir pelas promessas vinculadas ao processo de assimilação dos judeus à identidade austro-alemã, permanecendo vinculado à tradição textual do judaísmo, o que se manifesta, antes de mais nada, na língua por ele escolhida para a criação de sua obra: o hebraico – e não o alemão.

De fato, Agnon criou uma obra singularíssima, na qual a presença da Áustria imperial é tematizada apenas de maneira indireta, como a de uma realidade benévola, porém filtrada pelas lentes da tradição religiosa e espiritual do judaísmo, e sempre relativizada pelos ideais milenares judaicos de retorno a Jerusalém, de reconstrução da nação judaica e de fidelidade aos preceitos enunciados na Bíblia hebraica.

Tradicionalista em sua forma de vida e em sua crença, e ao mesmo tempo aberto às influências estéticas das vanguardas literárias de expressão alemã do período entre-guerras, Agnon representa em romances como *Uma história simples* e *Hóspede por uma noite*, também traduzidos ao português, o mundo dos judeus galicianos como um universo protegido, de um lado, pela égide de um monarca benévolo o *Kaiser* Franz Josef, e, por outro, pelas certezas derivadas do estudo e da interpretação das escrituras, no qual o estoicismo da tradição se contrapõe ao desvario e ao hedonismo das tentações burguesas.

Este universo tradicional, porém, não permanece intacto: a modernidade vem bater às suas portas e fazer suas exigências, seja na sutil e gradual aculturação dos judeus e integração aos modos de vida da modernidade burguesa, seja nos massacres perpetrados por russos e ucranianos que, logo nos primeiros meses da I Guerra Mundial, vitimaram, na Galícia austro-húngara, cerca de 500.000 judeus, destruindo para sempre aquelas singulares formas de vida criadas a partir da confluência entre os mundos austro-alemão, eslavo e judaico.

Assim, a obra de Agnon torna-se representação simultânea de dois universos perdidos: o da monarquia habsburga e o da tradição espiritual e religiosa do judaísmo, fundamentada na ideia de um pacto entre Deus e o povo judeu, e profundamente abalada pelos acontecimentos do sangrento século XX europeu.

A lembrança do mundo dos judeus germanizados das antigas terras da coroa habsburga é também o tema central da obra literária de Aharon Appelfeld, que foi privado de sua família aos oito anos de idade, quando da chegada das tropas nazistas à sua cidade natal.

Deportado com seu pai para um campo de concentração – a mãe foi assassinada ainda em Czernowitz, pouco tempo depois da chegada dos nazistas – ele conseguiu fugir e sobreviveu à guerra sozinho, nas florestas da Ucrânia.

Appelfeld nasceu numa cidade que, à sua época, fazia parte do território romeno. Porém seus pais, que nasceram na mesma localidade, Czernowitz, foram cidadãos do império habsburgo e membros de uma classe social que falava o alemão – a língua culta

da monarquia Austro-húngara, que se tornara sinônimo de civilização, cultura e humanidade para os judeus assimilados.

Tendo emigrado, depois da II Guerra Mundial, para o que era, em 1946, a Palestina britânica, onde se encontrava o embrião do novo Estado de Israel, Appelfeld, ao chegar ali, não era capaz de falar fluentemente nenhum idioma – e menos ainda de se expressar por meio da escrita. O alemão da casa materna fora obliterado pelos anos caóticos de fuga, durante os quais ele se refugiou junto a estranhos que falavam línguas estranhas. E o hebraico, idioma dos judeus radicados na Palestina Britânica, que almejavam a criação de um Estado Judeu, era-lhe, também, totalmente desconhecido, pois em sua casa a língua e a cultura eram alemãs.

Nas palavras de Philip Roth, Appelfeld é “um escritor deslocado, deportado, expropriado, desarraigado [...] é um autor deslocado de obras deslocadas, que soube se apossar de modo inconfundível do tema do deslocamento” (ROTH 2008: 29).

Educado, a partir de sua chegada à Palestina, na ideologia dos pioneiros do Estado Judeu, que insistiam na ideia de que os judeus, em Israel, tinham que obliterar seu passado europeu para adotar a língua hebraica e a nova cultura israelense, Appelfeld, no entanto, manteve-se apegado às memórias de sua infância e ao mundo naufragado dos judeus aculturados da Europa Central – um universo declinante que, já desde a sua infância, se tornara anacrônico e distópico, com o desaparecimento da Monarquia habsburga, quinze anos antes do nascimento do autor.

A família de Appelfeld, como as de tantos outros judeus germanizados desta região no período entre-guerras, passou a cultivar uma “criação ficcional”, uma Áustria imaginária, um mundo judaico de língua alemã para o qual já não havia mais lugar na realidade, (SCHWARZ 2001: 19), uma espécie de Idade do Ouro perdida no tempo que, em seu imaginário coletivo, passou a receber todo o tipo de idealizações. Assim, a nostalgia tomou, em certa medida, o lugar das esperanças no futuro: uma irremediável melancolia aos poucos foi se tornando o registro existencial dominante deste grupo de judeus austríacos, historicamente condenado ao exílio ou à destruição.

Como herdeiro espiritual deste legado austro-judaico, Appelfeld volta-se, em sua literatura, sobre a memória do mundo perdido dos judeus de língua alemã da Europa Central. Não obstante sua educação dentro da lógica do recém-criado estado de Israel, fundamentada no trabalho agrícola, na língua hebraica e no abandono da memória das culturas da diáspora, Appelfeld buscou constantemente, ao longo de toda sua vida, reatar

seus vínculos com o mundo perdido e desaparecido de seus pais. Na Jerusalém da década de 1950, ele passou a buscar o convívio com egressos deste mesmo mundo, em cafés cujos frequentadores eram provenientes do seu universo de origem, e onde estes continuavam, dia após dia, uma longa conversa em alemão, comunicando-se com palavras, gestos e expressões faciais trazidas do velho mundo. Nestes pequenos estabelecimentos, que se tornaram para ele os sucedâneos de sua origem familiar perdida, persistiam os aromas e os sabores de uma paisagem humana obliterada.

Ali, o escritor reencontrou os rastros e as pistas do universo do qual foi arrancado na infância e, por meio deste convívio, foi capaz de construir pontes com um passado inalcançável. Em *A Table for One*, livro de memórias publicado em 2004, Appelfeld conta sobre a intensidade de seu convívio com estes emigrantes das antigas terras da coroa habsburga nos cafés de Jerusalém, onde reencontrava a essência das lembranças da Czernowitz de sua infância: “esta essência era encarnada por estes emigrantes, que falavam o alemão habsburgo, que tinham sido arrancados de suas terras de nascimento e agora se sentiam perdidos em seu lar nacional” (APPELFELD 2004: 13, tradução nossa).

Em meio a estes desterrados irremediáveis, ele se sentia em casa: “Afinal das contas, meu lar não era o país da revolução hebraica, e sim o país dos emigrados” (APPELFELD 2004: 15, tradução nossa). “Para mim, Rehavia (bairro de Jerusalém onde se radicaram muitos judeus de língua alemã) se tornou o umbral do meu lar, do qual fui arrancado na infância” (APPELFELD 2004: 30, tradução nossa). “O Império Austro-húngaro sobrevivia no Café Peter e os sobreviventes ali pairavam como sombras” (APPELFELD 2004: 64, tradução nossa). Em outras palavras, os resquícios do mundo perdido da assimilação e da simbiose austro-judaica, destroçado, como se sabe, pelo nazismo, pairavam ali, nesses cafés de imigrantes, como escombros, como os restos de uma grande embarcação naufragada, de uma grande catástrofe.

Appelfeld afirmou que o destino desses judeus assimilados, dos que permaneceram vinculados à cultura, à língua, aos modos de ser e de pensar trazidos da Europa Central, sempre lhe pareceu particularmente emblemático do próprio destino judaico:

Os judeus assimilados construíram uma estrutura de valores humanistas e contemplavam o mundo externo a partir dessa estrutura. Estavam convictos de que não eram mais judeus e que tudo aquilo que se aplicava aos ‘judeus’ não se aplicava a eles. Essa confiança estranha os transformou em criaturas cegas, ou quase cegas. Sempre adorei os judeus assimilados, porque era neles que o caráter judaico, e também talvez o destino judaico, estava concentrado com maior força. (ROTH 2008: 39)

O apego a uma identidade judaica que supostamente não seria mais judaica e, ao mesmo tempo, um estranhamento quase que absoluto com relação à tradição religiosa judaica, da qual este grupo se afastara completamente, são os polos que delimitam os horizontes existenciais dos personagens dos romances de Appelfeld. Seus enredos se desdobram em suspensão entre dois mundos: exilados de suas convicções não por vontade própria, mas pelas realidades políticas da Europa dos anos 1930 e, ao mesmo tempo, alienados em relação às crenças e às esperanças de seus ancestrais, que haviam criado uma identidade filosófica e religiosa por eles abandonada, eles são levados à perplexidade, ao desespero e à paralisação. Vivem entre dois mundos – o da cultura vienense e o da tradição espiritual do judaísmo – mas têm uma consciência a cada tanto mais aguda da fatalidade que paira sobre estes dois mundos.

Entre um culto à criação fictícia da cultura judaico-vienense, a cada tanto mais cerceado pelas realidades da ascensão do nazismo, e uma tradição religiosa que lhes parece inaceitável, a geração representada nesses romances é, como a própria geração dos pais de Appelfeld, uma geração de perplexos, perdidos num entre-guerras caracterizado pela dissolução de todos os parâmetros, numa *Mitteleuropa* que, de centro da Europa, rapidamente se transformava num lugar nenhum de caos e de destruição.

Considerações finais

Os autores abordados neste artigo tematizam, em suas obras, e cada qual de uma maneira muito específica, a ligação dos judeus com um projeto de Estado austríaco cosmopolita, plurilinguístico e multinacional implementado, ainda que de maneira imperfeita, sob o longo reinado do *Kaiser* Franz Josef. A perspectiva, a ilusão, mas também, em boa parte, a realidade da integração plena dos judeus num Estado de língua alemã constituiu, de fato, um capítulo excepcional na milenar e frequentemente catastrófica história dos judeus na Europa.

A nostalgia por esse mundo prematuramente destruído, no qual de fato pareceu cristalizar-se a ideia de que os judeus são ou eram um povo legítima e inquestionavelmente europeu, com direitos à cidadania e ao solo austríaco tanto quanto os demais súditos do *Kaiser* paira como uma longa sombra sobre as obras dos autores aqui abordados. Trata-se de homens de letras que colocaram os valores de uma cultura humanística e universal acima das especificidades étnicas, culturais e religiosas,

esperando, também, serem considerados pelos demais como os representantes de tais valores – e não como os membros de uma etnia ou de uma cultura proscritas e, portanto, marginalizadas.

Como se sabe, porém, esta história de amor dos judeus pela Áustria foi também, em boa parte, a história trágica de um amor não correspondido, que sobrevive ao século XX apenas como a narrativa de uma ilusão perdida.

Referências bibliográficas

- APPELFELD, Aharon. *A table for one*. Londres: Toby Press, 2004.
- BAUMGARTEN, Jean; ERTEL, Rachel; NIBORSKI, Itzhok; WIEVIORKA, Annette. *Mil anos de culturas asquenazes*. São Paulo: Editora do Bispo, 2010.
- FRANZOS, Karl Emil. *Vom Don zur Donau*. Berlim: Rütten & Loening, 1970.
- LÖWY, Michael. “A Europa central: do fim do século XIX até a Segunda Guerra Mundial”. In: BAUMGARTEN, Jean; ERTEL, Rachel; NIBORSKI, Itzhok; WIEVIORKA, Annette. *Mil anos de culturas asquenazes*. São Paulo: Editora do Bispo, 2010, 243-249.
- MAGRIS, Claudio. *Der habsburgische Mythos in der modernen österreichischen Literatur*. Viena: Zsolnay, 2000.
- MAYER, Sigmund. *Die Wiener Juden: 1700 – 1900*. Berlim: K. Löwit Verlag, 1917.
- RECHTER, David. *Becoming Habsburg: The Jews of Austrian Bukovina – 1774-1918*. Oxford: The Littman Library of Jewish Civilisation, 2013.
- ROTH, Joseph. *Die Kapuzinergruft*. Colônia: Kiepenheuer & Witsch, 1999.
- ROTH, Philip. *Entre nós*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.
- SCHNITZLER, Arthur. *Der Weg ins Freie*. Frankfurt a. M.: Fischer Taschenbuchverlag, 2004.
- SCHORSKE, Karl. *Fin-de-siècle Vienna*. Nova York: Knopf, 1980.
- SCHWARZ, Yigal. *Aharon Appelfeld*. Hanover: Brandeis University Press, 2001.
- TIETZE, Hans. *Die Juden Wiens*. Viena: Atelier, 1987.
- VON REZZORI, Gregor. *Memórias de um antisemita*. São Paulo: Todavia, 2018.
- WERFEL, Franz. *Twilight of a World*. Nova York: Viking Press, 1937, p. 3-40
- WISTRICH, Robert. *The Jews of Vienna in the Age of Franz Joseph*. Oxford: The Littman Library of Jewish Civilisation, 1989.
- WOLFF, Larry. *Inventing Eastern Europe*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- ZWEIG, Stefan. *Die Welt von gestern*. Detmold: Bertelsmann, 1961.
- ZWEIG, Stefan. *Declaração*. 1942. 1 fotografia. Disponível em: <http://malomil.blogspot.com/2012/03/declaracao-de-stefan-zweig-1881-1942.html>. Acesso em: 10 out. 2020.

*Recebido em 18 de junho de 2020
Aceito em 25 de setembro de 2020*